

SOCIOLOGIA DA AÇÃO PÚBLICA TERRITORIAL

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; TEISSERENC, Pierre. Sociologia da ação pública territorial. Belém: Editora UFPA, 2024.

Marlon Kauã Silva Cardoso¹

A obra *Sociologia da ação pública territorial* consolida a expressiva trajetória acadêmica e a sinergia intelectual de seus autores, Pierre Teisserenc e Maria José da Silva Aquino Teisserenc, referências nos estudos sobre dinâmicas territoriais e ambientais. Pierre Teisserenc, Professor Emérito da Universidade Paris 13 – onde fundou o *Centre de Recherches sur l'Action Locale* – e Professor Visitante da Universidade Federal do Pará (UFPA), traz uma sólida formação construída sob a orientação de grandes nomes da sociologia francesa como Georges Balandier e Renaud Sainsaulieu (HDR), dedicando suas pesquisas às recomposições territoriais frente às crises produtivas, à descentralização e aos desafios políticos e institucionais do meio ambiente. Soma-se a essa perspectiva a *expertise* de Maria José da Silva Aquino Teisserenc, professora titular aposentada e integrante do quadro permanente da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Com doutorado pela UFRJ, pós-doutorado pela *Université Paris 13* e ativa participação em redes como a ANPPAS e a SBS, ela aporta uma densa experiência em sociologia política voltada para a Amazônia. Juntos, os autores oferecem um olhar apurado e interinstitucional sobre como as políticas públicas, as unidades de conservação (como as RESEX) e a governança local moldam e ressignificam o território e o ambiente na contemporaneidade.

O livro surge de três experiências fundamentais: a primeira refere-se à atividade de ensino realizada por Pierre Teisserenc, há mais de duas décadas, no mestrado profissional da Universidade de Paris 13; a segunda, por sua vez,

¹ Professor na Seduc-PA e doutorando pelo PPGSA/UFPA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2019-5119>. E-mail: marlonka.mk@gmail.com.

vincula os dois pesquisadores em suas buscas pelo entendimento dos dilemas do desenvolvimento do território *vis-à-vis* a globalização; e, por fim, a necessidade de revisões e atualizações de conteúdo dos seminários conduzidos na França, à luz de reflexões e provocações realizadas em turmas de mestrado e doutorado no Brasil, especialmente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará, onde são professores (Teisserenc; Teisserenc, 2024, pp. 17-19).

Para abordar as múltiplas questões envolvidas na elaboração do trabalho, *Sociologia da Ação Pública Territorial* é estruturado em doze capítulos. No capítulo 1, apresenta-se a ação pública local e o território em recomposição a partir de discussões e conceitos complementares. O território é entendido pelos autores como o espaço geográfico atravessado pelos desafios do desenvolvimento sustentável, econômico e ambiental, que coloca sob sua gestão a administração dos problemas locais (p. 41-71). A recomposição territorial, por outro lado, é o resultado do engajamento e acordo entre decisores locais na realização de um projeto para determinado território (p. 258).

No capítulo 2, os autores definem os conceitos sociológicos de ação pública e desenvolvimento local. As ações públicas territoriais, segundo o livro, são locais, na medida em que são produzidas pelos acordos estabelecidos entre os atores locais, as autoridades públicas eleitas e os parceiros; seu êxito depende da capacidade dos atores em responder às exigências do desenvolvimento local por meio da recomposição territorial (p. 71-73). O desenvolvimento local é compreendido pelos autores como um processo – não um modelo a ser seguido – que afeta o território, diversificando e enriquecendo suas atividades através da mobilização de seus recursos e permitindo, como resposta, a decomposição territorial produzida pela lógica capitalista, sua recomposição territorial (p. 82-93). Exemplos desses territórios de recomposição territorial, lembrados no capítulo 10 pelos autores, são as Reservas extrativistas, na Amazônia Brasileira, e as Entidades Intercomunais (os EPCI), na França (p. 351-365).

No capítulo 3, os autores realizam a discussão sobre o ator do desenvolvimento do território (p. 111-143). Este é visualizado como aquele que

consegue se engajar coletivamente, partilhando o desejo da participação que, como aludido no capítulo 6, busca atender as exigências do desenvolvimento sustentável e a inovação do redesenvolvimento dos territórios, mobilizando seus recursos patrimoniais e suas inovações (p. 203-241).

No capítulo 4, por outro lado, os autores discutem os espaços públicos e a ação coletiva, como a comuna Parthenay, na França, e o assentamento Santa Maria, na cidade Paranacity, no estado do Paraná, sul do Brasil (p. 143-165). Aliado a isso, nos capítulos 7, 11, 12 e 13, refletem sobre as formas de organização institucional, de organização da democracia local, de gestão e governanças territoriais.

Os autores possuem uma abordagem própria da criação institucional. Para eles, a criação institucional depende, assim como em uma empresa, fundamentalmente do surgimento de novos atores, com suas próprias lógicas, valores, identidades, bem como, de novas modalidades de cooperação entre eles para criar um novo sistema social (241-269). Por outro lado, a gestão do território através do projeto destaca-se, na discussão dos autores, por ser um processo de mudanças conduzido pela experimentação, pela inovação, e pela mobilização dos recursos e das competências dos atores em referência ao lugar (p. 390-393). Já o governo do novo território, como mencionado no livro, baseia-se na governança encadeada entre os polos sociais (atores engajados), os políticos (representantes eleitos) e os técnicos (parceiros, privados e públicos, prestadores de serviços) (p. 395-403).

No capítulo 5, os autores propõem-se a realizar uma discussão sobre as formas de mobilização que podem ser observadas em um contexto territorial e uma síntese das aquisições sociológicas em termos de engajamentos e mobilização dos atores (p. 165). Segundo os autores, a praxis marxista vinculada à luta de classes não resistiu a mudanças, na Europa, iniciadas em meados de 1970 e 1980 (p. 166). Os autores amparam-se nas teses de Alain Touraine, para afirmar que as classes sociais deram lugar ao engajamento do ator coletivo ou ator classes, que exprimem distintas maneiras de vida em sociedade (p. 168).

Levando em consideração esta discussão, os autores distinguem duas características fundamentais de mobilização do ator, presentes na França e

na Amazônia brasileira. Em primeiro lugar, os desafios e as discussões locais. Em segundo lugar, o fato de que as mobilizações nos territórios se relacionam com as respostas colocadas pelo desenvolvimento sustentável (p. 166- 174). A análise sociológica dos autores interpreta a mobilização dos atores na ação coletiva local como produto de novas maneiras de conceber as relações locais, chamadas de comunitárias, baseadas na dinâmica do desenvolvimento do território e nos efeitos de transformação no sistema local de atores. Essa análise sociológica entende a mobilização como resultado dos engajamentos, dos cálculos, das estratégias, das interações, e dos confrontos gestados nos espaços públicos (p. 183-187).

Do ponto de vista da literatura dos movimentos sociais, a sociologia da ação pública territorial de Teisserenc e Teisserenc (2021) e os estudos de ação coletiva de Silva e Oliveira (2019) e de Abers e Silva (2015) aproximam-se na superação da dicotomia entre Estado e sociedade civil. Ambas as perspectivas adotam uma abordagem relacional e interacionista, focando em como os atores locais e os movimentos sociais constroem a ação pública por meio de redes, conflitos e negociações diretas.

O capítulo 8, por sua vez, dialoga com essa discussão sobre a mobilização dos atores e é de fundamental importância para o entendimento da Amazônia brasileira sob influência da territorialização das ações públicas e do que o antropólogo José de Leite Lopes chama de ambientalização. No capítulo, os autores analisam as exigências do desenvolvimento sustentável – ambientalização – e seus efeitos no território, em contexto de realocação das competências na Amazônia brasileira (p. 269-273). A discussão sobre a ambientalização é lembrada no livro como a grande transformação, aludida pelo Karl Polanyi, que insere novas maneiras de controle do desenvolvimento das mudanças históricas pelo capital. Na Amazônia, porém, a ambientalização expressa-se no ambientalismo social manifesto na luta engajada dos atores, das populações tradicionais, pelos recursos naturais, pela terra, por novas práticas sociais e econômicas e por políticas públicas (p. 273-278).

Na Amazônia brasileira, segundo os autores, a ambientalização reflete-se em dimensões ambientais, sociais, econômicas, e, sobretudo, políticas, ao descentralizar para os atores, quilombolas, indígenas, populações sob

influência das rexes e seringueiros (que estão na origem do conceito de Unidades de Conservação) o agenciamento, entre pensamento e ação, dos recursos naturais (p. 278-282). Todavia, existe uma diferença, mencionada pelo livro, entre a ambientalização marrom, marcada pelas lutas salariais nas empresas ou em seus entornos urbanos, decorrentes de problemas ambientais como a poluição – e a ambientalização verde, cujas lutas socioambientais gravitam ao redor do território em oposição à expropriação e à exclusão de grupos sociais, como no caso das reservas extrativistas (p. 294-300).

O capítulo 9 trata da discussão realizada pelos autores sobre o reconhecimento de saberes locais em contexto da ambientalização, propostos na constituição de 1988 e regulamentados por outros textos legislativos, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que entrou em vigência nos anos 2000 (p. 301-305). Segundo os autores, antes de 1980, grande parte das agendas políticas dos movimentos sociais na Amazônia eram atravessadas pela gestão da terra. Posteriormente, por conta dos diversos modelos de desenvolvimento econômico erigidos por propostas desenvolvimentistas, a gestão ambiental se impõe, atravessada pelos dilemas territoriais e étnicos dos atores heterogêneos (associações locais, novos sindicatos, indígenas, quilombolas, cooperativas agroextrativistas, assentamentos sociais, organizações nacionais e internacionais, ONGs etc) (p. 305-309). Em diálogo com Edna Castro, Enrique Leff e Berno de Almeida, os autores colocam como desafio para o reconhecimento desses saberes locais a sua valorização como parte da relação dialética entre saberes e saber-fazer, de modo imaterial, inscritos na cultura e no engajamento dos atores (p. 309-314).

Ademais, é proposta no livro uma forma original para se pensar as relações entre ser humano e natureza. Trata-se da complexificação da questão ambiental, tratando-a em articulação com as ciências naturais e as ciências sociais, com vistas a abranger as dimensões da física, da biologia, das tecnologias, da vida cotidiana e dos marcos simbólicos das populações tradicionais, para dar conta das crises climáticas e dos efeitos perversos do desenvolvimento sustentável (p. 314-321). Para os autores, essa forma complexa de tratar a questão ambiental, na verdade, produz um novo paradigma no qual a Resex é uma utopia (p. 321-322). Reservas Extrativistas

(RESEX) são Unidades de Conservação que protegem os meios de vida e a cultura de populações tradicionais (como ribeirinhos e seringueiros), cuja subsistência baseia-se no extrativismo sustentável e na agricultura de subsistência. Sob a regência de um contrato de concessão de uso, a terra permanece como bem público, aliando a preservação da biodiversidade à garantia do direito territorial e social dessas comunidades.

Nesse sentido, em que pese as dificuldades para a concertação, segundo os autores, as Resexs aparecem como instrumentos de políticas públicas, atravessadas por uma história singular, sendo laboratório vivo, em território, de um modo de desenvolvimento em sintonia com a ambientalização e com os saberes e os saber-fazeres das populações tradicionais. Sua utopia contesta a desigual estrutura fundiária do país, tendo “modificando também, com base em uma nova concepção da gestão dos recursos do território, as relações econômicas e sociais” (p. 324).

No mais, para os autores, em contexto de crises universalizadas no Brasil e na França, coloca-se o fato de que o funcionamento das instituições depende da atuação dos seus agentes na defesa das causas coletivas para produzir a ação pública e os serviços do interesse geral. Os autores, nesse sentido, à luz do impulso democrático experimentado no Brasil com a terceira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, terminam o livro fazendo o seguinte apelo: “que as instituições ganhem em eficiência, observando e agindo em sinergia pelos direitos sociais combinados às exigências ambientais e que os atores humanos e não humanos concernidos ganhem em legitimidade e consideração!” (p. 466).

A sociologia da ação pública territorial toca, conforme pensamos, na pedra angular da dominação burguesa no Brasil: o território. Essa dimensão da realidade concreta é inexistente em trabalhos clássicos sobre a burguesia brasileira, escritos por autores como Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, com exceção do seminal texto de Vitor Nunes Leal, intitulado “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”.

Em conclusão, a sociologia da ação pública territorial de Teisserenc e Teisserenc (2024) demonstra que a disputa territorial constitui uma dimensão

central do domínio de classes no Brasil, conectando dialeticamente as práticas de poder local — historicamente clientelistas — a dinâmicas globais. No entanto, o limite teórico dessa abordagem reside no desafio de balancear o peso explicativo entre as estruturas macroeconômicas da luta de classes e a agência dos atores locais nas mediações com o Estado. Assim, o olhar para essa dimensão territorial abre possibilidades analíticas promissoras para investigações futuras, permitindo decodificar como as assimetrias de poder são materialmente reconfiguradas no espaço e de que maneira os arranjos locais de governança conseguem reter ou perder capacidade de resistência frente às pressões do capital global.

Referências

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath. **Movimentos sociais e políticas públicas:** repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova, São Paulo, n. 96, p. 15-46, 2015.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. **Ação coletiva e políticas públicas:** uma abordagem relacional e pragmatista. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 18, n. 41, p. 76-103, 2019.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; TEISSERENC, Pierre. **Sociologia da ação pública territorial.** Belém: Editora UFPA, 2024.